



Boletim do Venerável D. António Barroso

Director: Amadeu Gomes de Araújo, Vice-Postulador

Propriedade: Associação dos Amigos de D. António Barroso. NIPC 508 401 852

Administração e Redacção: Rua de Luanda, n.º 480, 3.º Esq. 2775-369 CARCAVELOS

Tlm.: 934 285 048 "Chamada para a rede móvel nacional" – E-mail: vicepostulador.antoniobarroso@gmail.com

Publicação trimestral | Assinatura anual: 5,00€

III Série

Ano XV

N.º 46

Outubro / Dezembro de 2025

AS GRANDES VIAGENS DO BISPO MISSIONÁRIO

II - Visita Pastoral a Lourenço Marques (25-04-1892)

Por Amadeu Gomes de Araújo

A primeira das grandes viagens pastorais do novo prelado realizou-se pouco mais de um mês após a sua chegada à Ilha de Moçambique, sede da prelazia. Viajou até Lourenço Marques, onde ainda não havia nenhuma Missão católica.

Nesta primeira visita, que demorou dois meses e meio, viajou de barco, com partida a 25 de Abril de 1892, e com uma primeira paragem em Quelimane, onde visitou a única igreja ali existente, fundada pelos Jesuítas e colocada sob a invocação de Na. Sra. do Livramento. A vila de Quelimane, que, durante séculos, fora a chave de todo o comércio da Zambézia, era agora uma sombra do que fora no tempo do tráfico do ouro e nos anos prósperos em que funcionou como entreposto de escravos para o Brasil. Em 1854 estalara a guerra em Rios

de Sena, fomentada sobretudo por negreiros fora de lei, e, com ela, a pobreza instalou-se para ficar.

No dia 29 daquele mês de Abril, retomou a viagem, a partir de Quelimane, e a 30 estava na Beira, cidade que havia sido criada na década anterior.

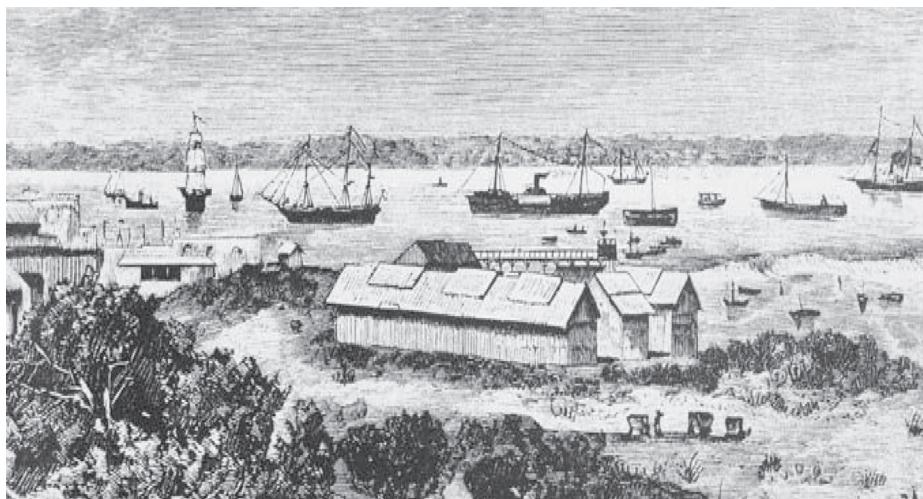
Fora dado ao nascente burgo o nome de Beira, em honra do filho do Rei D. Carlos, o Príncipe da Beira, cujo nascimento ocorreu cinco anos antes, em 1887. Sonhava-se com o ouro e com as pedras preciosas de Manica, onde os portugueses, em tempos, haviam estabelecido uma das mais conhecidas feiras. Tudo se preparava para que se iniciasse, por ali, o escoamento da riqueza do interior. Anotou no seu diário: «Vê-se sem esforço que por enquanto nada vale e que a importância só lhe pode vir da construção do caminho de ferro», e observou que «todos os que não têm trabalho em Lourenço

Marques, aqui vêm parar. Não há casas para os receber» (1).

No dia seguinte, 1 de Maio, fundeava em Inhambane. «É mais bonita do que Quelimane», anotou. Visitou a igreja da Conceição, «relativamente boa», e reuniu-se com as autoridades e outras pessoas gradas da terra, à mesa hospitaliera do Cónego Gaspar.

Voltaria a fazer a mesma viagem, no ano seguinte, e então, na passagem por esta cidade, anotou no seu diário, a 16 de Junho de 1893, que era de lamentar a exiguidade do salário que recebia o trabalhador preto (2). Longe estava ele de imaginar que, pouco mais de meio século depois, aquela cidade de Inhambane seria a cabeça de uma esperançosa diocese, governada por um homem natural da sua terra (3).

Seguiu viagem pela madrugada, navegando sempre junto à costa, e, no dia 4 de Maio de 1892, estava em Lourenço Marques.



Feliz
Natal

O porto de Lourenço Marques, imagem de 1895. Foi aqui que D. António Barroso desembarcou, em 4 de Maio de 1892, para a primeira visita pastoral. Tinha chegado a Moçambique havia cerca de um mês. Seis anos depois, a cidade de Lourenço Marques passou a capital da colónia, substituindo a velha cidade da Ilha de Moçambique, onde D. António Barroso sempre residiu. Era lá que vivia quando teve de abandonar a colónia e regressar a Lisboa, por imposição médica, no dia 23 de Setembro de 1895.



Conheça o Venerável D. António Barroso

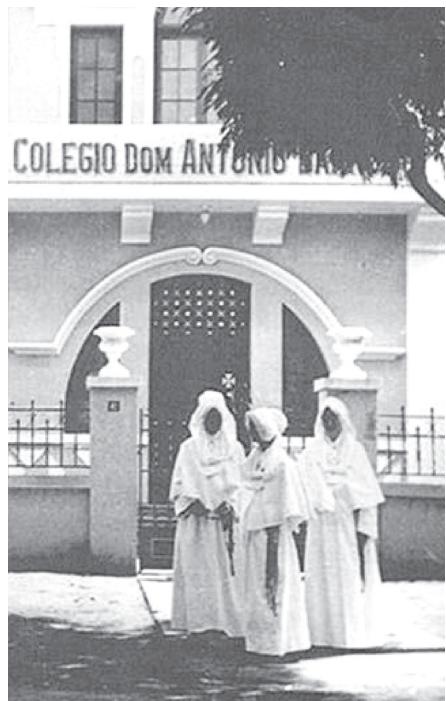
No site www.domantoniobarroso.pt pode ver e ouvir uma breve entrevista gravada no YouTube, sobre a vida e a obra de D. António Barroso, insigne bispo missionário, que todos desejamos ver nos altares.

Governava então o distrito, Augusto Cardoso, companheiro de Serpa Pinto na exploração do Niassa, que «veio a bordo», como registou. Anotou também que naquela cidade, toda a gente andava preocupada, devido a problemas surgidos com a construção do caminho de ferro para a fronteira, então em curso. «Ainda assim é a melhor terra que há em toda esta costa abaixo». Observador atento, acrescentou: «Aqui tudo vive à custa do Governo que canalizava o dinheiro por intermédio das Obras Públicas e duma repartição de agrimensura e minas» (4).

Manifestou alguma preocupação por ter encontrado tão poucos portugueses e tantos trabalhadores estrangeiros, o que, afinal, se explicava pela história recente da cidade.

Lourenço Marques era uma cidade de reduzidas dimensões e relativamente nova, com cerca de 15 anos. Durante muito tempo, os ingleses haviam tentado expulsar Portugal de Lourenço Marques. Em 1875, numa arbitragem internacional, proposta pelo governo português e aceite pela Inglaterra, o presidente francês Mac-Mahon – figura estimada na cidade, agora designada Maputo – reconheceu formalmente a soberania plena de Portugal em todo o distrito de Maputo, incluindo a então povoação de Lourenço Marques, terra tão inglesa que até nome inglês tinha: Delagoa Bay.

Elevada a vila, no ano seguinte, em 9 de



Dezembro de 1876, logo em 1877, D. Luís lhe concedeu foros de cidade, mas, de início, o desenvolvimento foi naturalmente lento. Na década de 1890, quando lá se deslocou o prelado, os ataques vátulas a Lourenço Marques provocavam pânico entre a população europeia. António Enes, apoiado por um grupo de conselheiros, preparou uma campanha sistemática contra os guerreiros locais. Nesta campanha se destacaram Caldas Xavier e Mouzinho de Albuquerque, que viria, depois, a substituir António Enes, como Governador-Geral.

Foi esta cidade jovem que D. António Barroso foi encontrar sobressaltada, acossada pelo medo, preocupada com a construção do caminho de ferro para a fronteira. Alguns anos mais tarde, em 1898, pacificada a zona, esta cidade de Lourenço Marques passaria a capital da província, substituindo a velha cidade da Ilha de Moçambique, donde o prelado agora se deslocava na sua primeira grande visita pastoral.

Não havia nenhuma Missão católica na zona de Lourenço Marques, e D. António encontrava-se ali para criar a primeira. Visitou diversos locais, trocou impressões com Augusto Cardoso, com o juiz Mesquita e com outros, e decidiu-se por Lhanguene, que então ficava a alguns quilómetros da cidade.

A Missão nasceu naquele ano, sob a protecção de São José, por portaria eclesiástica

de 21 de Julho de 1892, com o apoio do governo do distrito e de um grupo de senhoras de Lisboa, Porto, Braga e de outras cidades que apoiaram o prelado nesta iniciativa, permitindo levar ainda por diante um outro sonho de D. António: a criação de um colégio para meninas. Assim nasceu na cidade o Instituto D. Amélia (5).

Logo que pôde, regressou à Ilha, queixando-se de dores de reumatismo nos ossos, mas em Agosto embarcou para a Beira, para uma visita pastoral a Manica.

NOTAS:

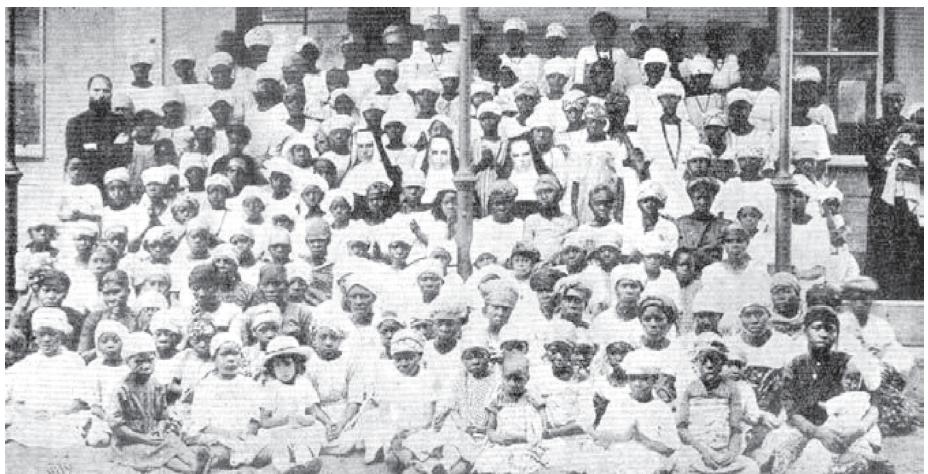
1 - BARROSO, António – Diário, citado por CUNHA, Amadeu – *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, p. 90.

2 - Ibidem, p. 92.

3 - D. Ernesto Gonçalves da Costa, I.º Bispo de Inhambane, é natural da freguesia de São Romão da Ucha, Barcelos. Sacerdote franciscano, foi ordenado bispo em Lourenço Marques, em 30 de Dezembro de 1962.

4 - BARROSO, António – Diário, citado por CUNHA, Amadeu – *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938, p. 93.

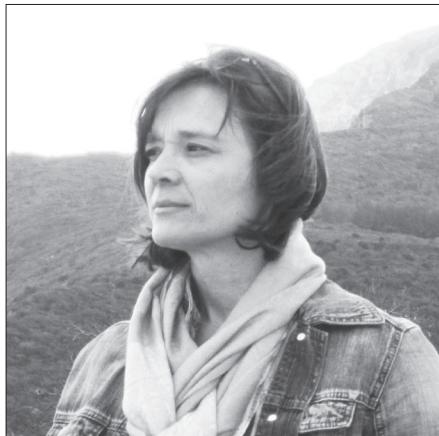
5 - Mercê de decisões tomadas quando se procedeu à recolha de fundos, o Instituto D. Amélia destinava-se a meninas brancas e assimiladas.



Escola da Missão de S. José de Lhanguene. Como se refere no texto, em 25 de Abril de 1892, D. António Barroso viajou até Lourenço Marques, actual cidade de Maputo, onde não havia nenhuma Missão católica. A primeira foi criada pelo próprio, em terreno por si escolhido, em Lhanguene, em 21 de Julho de 1892, sob a protecção de São José.

É importante recordar que as primeiras escolas femininas da colónia moçambicana foram criadas por iniciativa de D. António Barroso. «Na vasta extensão de Moçambique, não existia uma única casa de educação feminina.» Em memória deste educador pioneiro foi criado, em 1941, em Lourenço Marques, o prestigiado Colégio Dom António Barroso (foto da esquerda), encerrado logo após a independência de Moçambique.

Por entre as cartas do missionário Barroso... Manuel Isaías Abúndio da Silva Um homem polifacetado



Por Margarida Pogarell

Professora e escritora

No início do Verão de 1911, Abúndio da Silva conta 37 anos. O professor, “de férias da (...) escola”(2), na sua terra natal, Viana do Castelo, dispõe-se a escrever a D. António Barroso, o bispo do Porto, exilado em Remelhe, por decisão de Afonso Costa.

Igreja devastada pela República

Em Portugal, avassaladoras tensões sociais, expressas no confronto e na radicalização crescente das forças políticas e religiosas que resultaram no assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro pela Carbonária(3) e levaram ao fim da monarquia. Sem enfrentar grande resistência, o levantamento popular de 5 de Outubro de 1910 toma o poder. José Relvas, o abastado proprietário ribatejano, proclama a Primeira República da varanda da Câmara de Lisboa. Não tarda, porém, desiludido com o novo regime, a recolher ao conforto da sua lezíria.

Mal implementada a República, os golpes contra a Igreja sucedem-se em catadupa. O Governo provisório, não perde tempo e, na pessoa de Afonso Costa, o ministro da Justiça e dos Cultos, um anticlerical feroz, começa a perseguir aberta e implacavelmente a Igreja Católica, os religiosos e seus defensores.

Três dias depois da revolução republicana, a 8 de Outubro é restabelecida a legislação de 1834, decretada pelo liberalismo radical de J. António Aguiar, além das medidas contra os jesuítas, criadas por Pombal em 1759. No dia 20 de Outubro, o núncio papal Mons. Giulio Tonti, retira-se do país, a 25 resigna. A situação torna-se perigosa, insustentável e absolutamente incontornável. A relação com o Vaticano deteriora-se.

Temendo o pior, os bispos portugueses, revoltados, reúnem em S. Vicente de Fora, em Lisboa, para enfrentar as leis ostensivamente hostis do Ministro. Era conhecida a sua postura irredutível em relação à Igreja. Nove anos antes, em 1901, Afonso Costa, deputado republicano, apresentara já na Câmara dos Deputados uma moção que não lhes deixara espaço para grandes dúvidas, ao defender que «o povo português carece de substituir sem demora as actuais instituições políticas, por outras diversas, de feição republicana», ou seja, enveredar pela laicização. Para Afonso Costa, a religião era a causa de todos os males que assolavam Portugal.

Em 24 de Dezembro, os bispos formulam a famosa “Pastoral Colectiva”. Consideram as leis impostas, claramente, anticatólicas e protestam veemente contra o antagonismo e as perseguições abertas à Igreja. O episcopado português afirma viver de acordo com o princípio de “Lex injusta, nulla Lex”, pelo que promete obedecer às ordens do Ministro, desde que não sejam “contrárias à consciência”. Afirma ainda seguir os seus deveres em relação à fé que professa e lutar para a defender, se necessário.

Apenas em Fevereiro de 1911, no dia 22, os prelados decidiram avançar com a leitura pública da “Pastoral”, nas missas de domingo, para finais desse mês, mesmo sem a autorização do Governo, que recusara conceder o tradicional beneplácito (5).



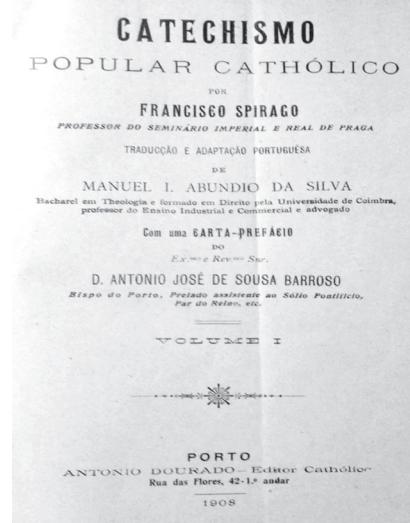
Manuel Isaías Abúndio da Silva com 33 anos (1).

Activista e publicista católico, advogado, jornalista e escritor, professor industrial, teólogo, monárquico e miguelista.

Abúndio da Silva desenvolveu uma intensa intervenção intelectual, social e eclesiástica, marcou o pensamento e a ação do catolicismo em Portugal, em finais do séc. XIX e início do séc. XX.

Pela sua dedicação e fé religiosa foi condecorado pelo papa Pio X com a Cruz de Ouro “Pro Ecclesia et Pontifice”, que ele próprio refere, em 1908, aquando da sua tradução, para português, do Catecismo Popular Católico de Francisco Spirago, adoptado na diocese de Roma por ordem de Pio X, com prefácio de D. António Barroso.

Em baixo, capa do “Catecismo Popular Católico”, traduzido e adaptado por Abúndio da Silva, com prefácio de D. António Barroso, em 1908.



Boletim do Venerável D. António Barroso

Em 1911, a leitura da Pastoral é proibida

D. António Barroso, contorna à revelia o poder judicial e ordena a leitura da Pastoral na sua diocese. Inteligentemente driblado pelo bispo do Porto, experimentado missionário, forjado nas agruras do Congo e refinado na arte de sobreviver aos meandros políticos entre África e Lisboa, Afonso Costa, no seu gabinete, em Lisboa, espuma de raiva. A reacção do Ministro é violenta.

O Bispo reclama para si toda a culpa. Interrogado, em Lisboa, em 7 de Março de 1911, D. António é, por decreto, do dia seguinte, destituído, preso e remetido ao exílio. Recolhe a Cernache do Bonjardim, ao Colégio Real das Missões. Mas a questão religiosa não poupara Cernache. Uma revolta no colégio, onde fora aluno, leva-o a refugiar-se em casa de um amigo.

Por carta, em Março de 1911, o papa Pio X, aprova o conteúdo da "Pastoral Colectiva" e exorta os bispos a lutar pelos direitos da Igreja e do povo cristão.

A Lei de Separação da Igreja do Estado, 20 de Abril de 1911, declara a guerra ao poder terreno da Igreja, em Portugal. Os bispos, agora unidos, protestam, inflamados, contra o Governo. No **"Protocolo Colectivo do episcopado português"**, redigido em 5 de Maio, acusam regime de "injustiça", "opressão", "espoliação" e "ludibrio".

Após um duro braço de ferro, os bispos, desterrados, submetem-se ao exílio. O clero secular sofre nas dioceses. Proíbe-se o ensino da doutrina cristã. É extinta a Faculdade de Teologia e é eliminada a cadeira de Direito Eclesiástico. A vida pública é laicizada. A Igreja sai espoliada e humilhada.

O papa PIO X condena o Governo republicano

Em 24 de Maio de 1911, o papa Pio X, na encíclica **«Lamduum in Lusitania»**, condena a posição do Governo republicano, dirigindo-se a todos os Bispos portugueses:

AOS VENERÁVEIS IRMÃOS PATRIARCAS, PRIMAZES, ARCEBISPOS, BISPOS E DEMAIS ORDINÁRIOS EM PAZ E COMUNHÃO COM A SÉ APOSTÓLICA

1. Julgamos que a todos vós seja bem conhecido, veneráveis irmãos, estar, há muito tempo em ato, em Portugal, uma indizível sucessão de eventos destinados a oprimir a Igreja com arbitrariedades de todos os géneros. Afinal, quem ignora que, desde que o governo daquela nação assumiu a forma de República, imediatamente desencadeou, de um modo ou de outro, ódio implacável para com a religião católica? Pudemos ver a expulsão,



Papa PIO X (1903-1914), o "Papa da Eucaristia," canonizado em 29 de Maio de 1954 e comemorado no calendário litúrgico, dia 21 de Agosto, um dia, o dia seguinte à sua morte.



Giulio Tonti fotografado em Lisboa, em 30 Novembro 1906. (4)

por meio da força, das famílias dos religiosos, e esses, foram em sua maioria expulsos de modo rude e desumano do território português. Vimos que, com a explícita intenção de profanar a disciplina civil e de não deixar vestígio de realidade religiosa nos comportamentos da vida social, foram eliminados do número das festividades os dias festivos da Igreja; o juramento foi privado da característica intrínseca religiosa; foi promulgada rapidamente a lei relativa ao divócio; foi eliminado o ensinamento da doutrina cristã nas escolas públicas. Enfim, deixando de lado outras coisas que seria demorado elencar, de modo ainda mais violento desses foram atacados os sagrados prelados, e dois dos mais renomados bispos, o do Porto e o de Beja, homens ilustres, seja pela integridade de vida, seja pelas grandes benemerências em relação à pátria e à Igreja, foram expulsos das sedes de sua honorável função. – Tendo, então, os novos governantes de Portugal produzido tantos e tais exemplos de imperioso arbítrio, vós sabeis com quanta paciência e moderação comportou-se esta Santa Sé no confronto com eles. Com extrema atenção, afinal, julgamos que se devesse evitar desencadear qualquer coisa que pudesse julgar-se cumprida de modo hostil para com a República. Conservávamo, afinal, alguma esperança de que esses manifestassem projetos mais racionalistas, e, finalmente, com algum acordo, dessem satisfação à Igreja com respeito às ofensas perpetradas. Em verdade enganamo-nos completamente. Eis que ao infame comportamento impõem uma espécie de promulgação de uma péssima e danosíssima lei relativa à separação dos negócios do Estado e da Igreja. A este ponto a consciência do ofício apostólico não nos permite mais suportar com resignação e deixar passar no silêncio tamanha ferida infringida ao direito e à dignidade da religião católica. Então, com esta carta, apelamos a vós, veneráveis irmãos, e denunciamos à cristandade universal a indignidade deste fato.

(...)

Roma, dado em São Pedro, 24 de Maio de 1911, festa de Nossa Senhora, Auxílio dos cristãos, ano oitavo do nosso Pontificado.

PIO PP. X

Boletim do Venerável D. António Barroso

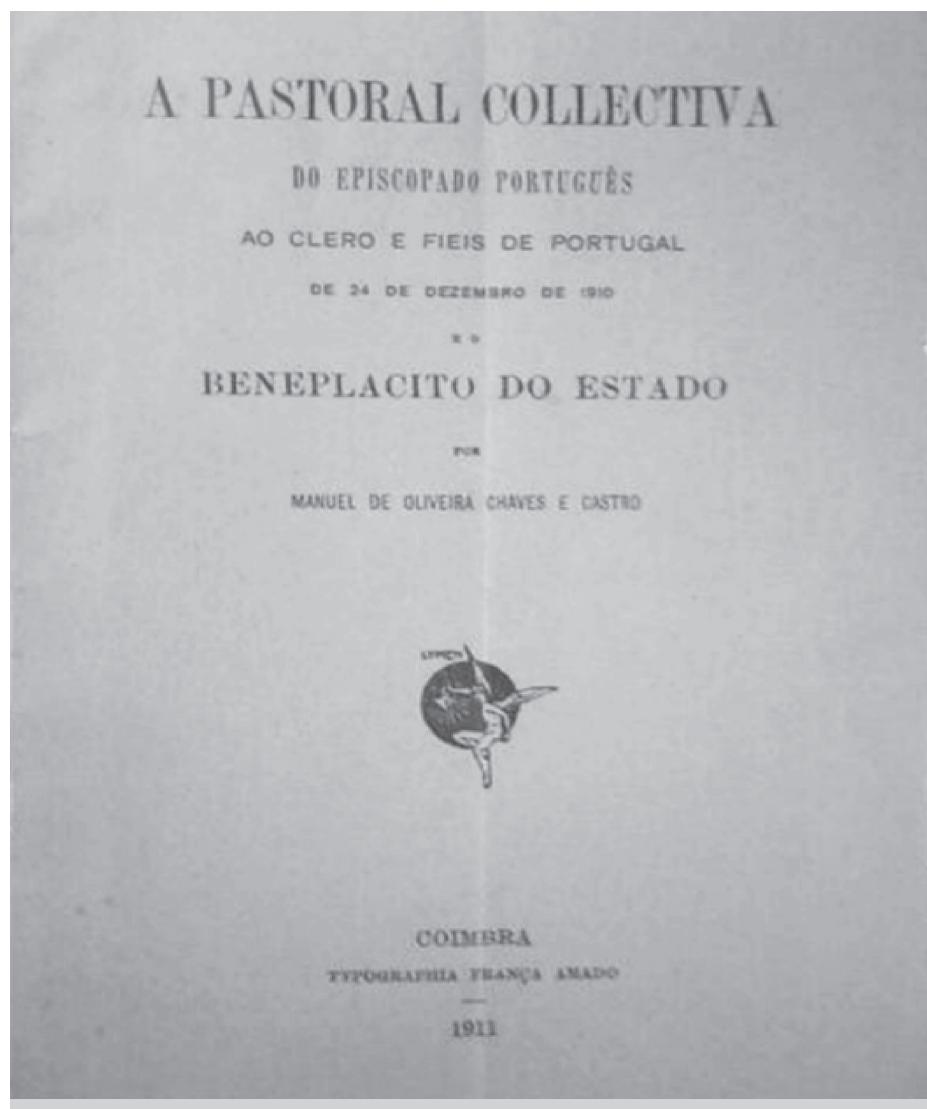
D. António Barroso apoia os desterrados da Igreja Católica

Mais uma vez, em Portugal, a Igreja vê os seus membros perseguidos, as suas instituições confiscadas e os bens a saque. Alguns padres são presos, outros refugiam-se em Tuy, Espanha, à espera de melhores dias. Muitos partem para o Brasil, com cartas de recomendação de D. António Barroso aos seus congéneres do outro lado do Atlântico.

O desterrado bispo do Porto abandona Cernache e, na companhia do secretário, padre Sebastião de Oliveira Braz, chega a Remelhe, no dia 10 de Junho. D. António Barroso rejeita, declaradamente, a pensão por méritos passados que o Governo lhe tentou atribuir.

No fim mês de Junho de 1911, Abúndio da Silva, conhecedor da situação do prelado, lamenta não ter recebido, atempadamente, notícia da sua chegada, para o ter ido esperar à estação. Anuncia-lhe visita próxima durante a sua ida a Barcelos, pedindo o "obséquio" de ser recebido em Remelhe.

Refere ainda que "desde Janeiro que lut[a] com a doença e com dificuldades de toda a ordem." Da primeira "estou quase restabelecido, restando-me apenas uns vestígios de reumatismo intercostal", mas pelas dificuldades, "vejo-me cada vez mais perseguido, e por isso ainda não pude desempenhar-me de todos os meus compromissos para com V. Exa., tanto mais que não se fez ainda a venda do material do **"Correio do Norte"**, venda que se torna necessária, visto que não há possibilidade alguma de



"A Pastoral Collectiva do episcopado português ao clero e fieis de portugal de 24 de dezembro de 1910 e o beneplacito do estado" Typographia, França Amado. Coimbra. 1911, 50 págs., in <https://www.zvab.com/PASTORAL-COLLECTIVA>

o jornal tornar a reaparecer." Acentua a falta que o jornal "faz" naquele momento.

O mundo mudara entretanto...
(Continua no próximo boletim)

NOTAS:

1 - Quando candidato pelo Partido Nacionalista, pelo círculo do Porto oriental, às eleições de 5 de Abril de 1908, onde obteve 4.480 votos.

2 - Refere-se à Escola Industrial Infantil D. Henrique no Porto, sendo nomeado director em 14 de Setembro de 1910.

3 - A Carbonária portuguesa é criada em 1897.

4 - https://pt.wikipedia.org/wiki/Giulio_Tonti

5 - O beneplácito (autorização) existia em Portugal desde o séc. XIV e foi mantido na Constituição de 1838, mas não era muito posto em prática no caso

das pastorais dos bispos.

6 - D. António Barroso regressará à diocese do Porto, em 3 de Abril de 1914.

7 - Voz de Trás os Montes, Redação, 24 de Fevereiro de 1911

8 - "Lamdudum in Lusitania": tradução "Sem demora na Lusitânia"

9 - Primeiro ponto dos da Carta Encíclica «Lamdudum in Lusitania» de 24 de Maio de 1911.

10 - Terá D. António Barroso colaborado financeiramente para o projecto? O "Correio do Norte" era a voz do bispo.

De facto, dos 99 artigos publicados sobre a revolução pelos oito jornais

existentes na cidade de Braga, o "Correio do Norte" (bissemário) de Abúndio Silva, publicou, sozinho, 41 artigos, seguido, apenas, de "O Amigo da Religião" (semanário) com 40, mantendo uma publicação continuada de artigos sobre o assunto. O Correio do Norte, o órgão de comunicação independente, de Abúndio da Silva defendia como único meio de salvação a União Católica ou de católicos, orientada superiormente pelos bispos. O jornal é publicado até Dezembro de 1910. Em Janeiro, Abúndio da Silva vive já retirado em Viana do Castelo. Terá sido a desilusão ou doença a razão para abandonar a publicação?

Romagem ao Túmulo de D. António Barroso De Barcelos a Remelhe (07-09-2025)



Texto e imagem de Professor José Campinho

Comemorando o centésimo sétimo aniversário da chegada do corpo de D. António Barroso a Barcelos, que aconteceu em 4 de setembro de 1918, e a sua trasladação, no dia seguinte, para Remelhe, onde foi sepultado em jazigo de família, a "Comissão em Prol de D. António Barroso", fundada em Barcelos, em 31 de agosto de 1968, promoveu, em 7 de setembro último, a sua romagem anual ao túmulo de D. António.

Como de costume, o cortejo, que este ano foi significativamente prejudicado pela chuva, formou-se a partir da estação dos Caminhos de Ferro de Barcelos, parou no Praça do Município, junto ao monumento ao Bispo Missionário, para aí depositar uma coroa de flores, e seguiu depois para Remelhe, sempre acompanhado pela chuva, que este ano fez questão de participar na romagem de princípio ao fim.

Já em Remelhe e junto ao monumento que integra o Busto de D. António, um Padrão dos descobrimentos e um Mapa-mundi, os romeiros ouviram da boca da D.ra Maria Isabel Lobarinhas Limpo Trigueiros uma síntese da vida e obra do missionário da terra. Este ato terminou com deposição de um ramo de flores junto ao monumento.

Seguiu-se-lhe a eucaristia, que foi presidida pelo pároco, Pe. Tiago Barros, e concelebrada pelo missionário comboniano, Pe. Leonel Claro.

Na homilia, que esteve a cargo do missionário comboniano, o orador começou por recuperar a afirmação de D. Manuel Clemente, antigo bispo do Porto, «Aqui há santidade», proferida em Remelhe, em 2011, a propósito das origens de D. António Barroso, para chegar à conclusão de que «Há vidas que não se medem apenas pela biografia». Que há vidas que «São parábolas vivas, metáforas que atravessam o tempo e permanecem como faróis». E concluir ainda que D. António é uma dessas

vidas, neste caso, «natural da paróquia e freguesia de Remelhe».

Segundo afirmou, D. António, «Entre a carpintaria do pai e o tear da mãe, aprendeu que a verdadeira riqueza não se encontra no ouro, mas na capacidade de dar-se».

«Foi numa família simples que o jovem António escutou o chamamento de Deus: ser sacerdote; mas sobretudo ser missionário total: não apenas pregador de púlpito, mas educador, construtor, médico improvisado, trabalhador de enxada e picareta. Na pobreza honrada do lar aprendeu as primeiras lições de vida: trabalho, fé e partilha».

Segundo o orador, o que o jovem António aprendeu na família consolidou-o no Seminário, quando afirmava que a sua convicção era simples e radical: ser missionário é ser padre até ao fim, sem reservas. Por isso escrevia que o missionário deveria ser «padre e artífice, pai e mestre, doutor e homem da terra». Que «O Evangelho não podia chegar às populações como teoria distante, mas como gesto concreto de libertação». Que não se pode evangelizar sem humanizar...

E foi o que ele pôs em prática, continuou o orador, quando ainda muito novo chegou a Angola e percebeu que a ignorância imposta era uma forma de opressão, quando a alfabetização era para ele uma forma de libertação; que era preciso criar escolas; que cada criança que aprendia a ler era um passo contra a marginalização e outro a favor da dignidade humana; que o ensino tinha de ir além da doutrina religiosa.

O missionário comboniano referiu depois «o estilo missionário» de D. António Barroso que era «não apenas proclamar, mas partilhar o suor». Por isso «denunciava abusos de colonos, castigava arbitrariedades, criticava a violência. Para as autoridades, era aliado e problema».

Para o povo, era pastor e pai. Concretizando, depois, os lugares por onde missionou, o Pe. Leonel afirmou: «Em Angola compreendeu que a verdadeira autoridade não nasce da imposição, mas do serviço. E as comunidades recordavam um missionário diferente, que não se limitava a pregar, mas que erguia escolas, cuidava dos doentes, trabalhava a terra e caminhava com eles como irmão». E se Angola foi a escola da resistência e do trabalho manual, Moçambique tornou-se a escola da escuta e do diálogo profundo com as culturas africanas. Aí, e agora na sua condição de bispo, aprendeu que os africanos não eram instrumentos de produção, mas sujeitos de cultura e história. Fundou escolas não só para rapazes, e raparigas, porque acreditava que educar mulheres era transformar famílias inteiras, que cada letra ensinada era um ato de libertação.

Em Moçambique, ganhou fama de pacificador. O seu estilo era escutar antes de falar, procurar justiça, promover reconciliação. A sua palavra tinha peso porque vinha acompanhada de exemplo. Respeitava rituais, aprendia palavras das línguas locais, reconhecia a sabedoria dos mais velhos. Para ele, evangelizar não era destruir, mas purificar e iluminar a partir de dentro. Muitos afirmavam que foi a primeira vez que sentiram um europeu tratá-los como iguais. Em Moçambique, D. António amadureceu a sua visão de missionário: um homem que anuncia Cristo, mas que sobre tudo constrói dignidade. Na Índia, enquanto bispo de São Tomé de Meliapor, D. António Barroso deparou-se com um território fascinante e complexo. Tornou-se construtor de pontes. Entre cristãos latinos e comunidades antigas de rito oriental, entre católicos e hindus, entre missionários portugueses e população local, a sua ação episcopal foi marcada pelo diálogo e pela abertura. Deixou claro que a missão não era exportar Portugal, mas «testemunhar Cristo em linguagem de humanidade universal». «A sua visão inspirava-se na certeza de que a fé não apaga culturas, mas ilumina-as. O missionário deve ser homem total. Não apenas pregador, mas trabalhador, educador, médico improvisado, pai e irmão». O seu regresso a Portugal não significou descanso. «Com firmeza pastoral e coragem profética, ergueu-se em defesa da liberdade da Igreja. Não hesitou em denunciar injustiças, nem em proteger o seu clero perseguido. Enfrentou tribunais e ameaças de prisão, foi exilado, mas manteve-se firme, recordando a célebre máxima que tantas vezes repetira: "Há duas coisas de que não morrerei: de parto ou de medo." «O povo do Porto reconheceu nele não apenas um bispo, mas um pai corajoso. Durante anos difíceis, viu nele um pastor que não abandonava as suas ovelhas, mesmo em tempos de perseguição. A sua imagem atravessa as ruas do Porto como ícone de resistência e fidelidade». A República não conseguiu calar a sua voz. Manteve-se sempre como testemunha de esperança. O Porto amou-o por isso, e ainda hoje a sua memória está profundamente ligada à identidade da diocese. O missionário comboniano terminou a sua homilia referindo a herança que D. António deixou. Uma herança que «mais do que em edifícios ou instituições», se concretizou numa visão: «Uma visão que ligava fé e humanidade, cruz e picareta, espiritualidade e serviço concreto». «Esta herança – concluiu o missionário – não se grava em pedra ou bronze, mas no coração de cada um: é a certeza de que a cruz e a picareta continuam necessárias – a cruz, como fé; a picareta, como trabalho concreto e solidário».

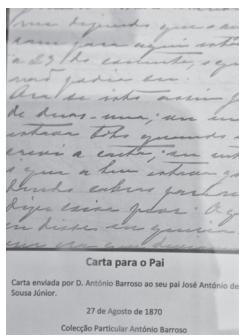
Boletim do Venerável D. António Barroso

ROMAGEM AO TÚMULO DE D. ANTÓNIO BARROSO

07-09-2025

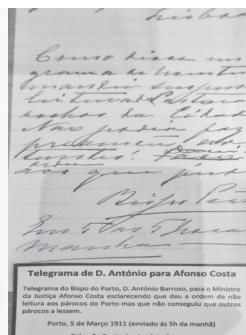


A CASA ONDE VIVEU D. ANTÓNIO BARROSO EM REMELHE - BARCELLOS



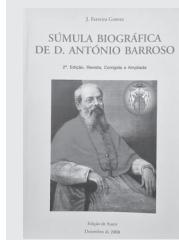
Homenagem dos Párocos do Porto ao "seu heroico Prelado" D. António Barroso, "exemplo de integridade cívica e de firmeza apostólica (...) a todos os católicos e a todos os portugueses" (...)

5 de Abril 1911



É notável o trabalho que a família do Sr. António José Barroso, sobrinho-neto de D. António Barroso, tem vindo a realizar na casa onde este viveu durante os anos de exílio em Remelhe. Trabalho de recuperação, de restauro e de organização do vasto espólio associado ao insigne bispo, com realce para a correspondência inédita. Um espaço de muito interesse, particularmente para a Diocese do Porto, onde ele serviu como Pastor, e para a população de Barcelos com a qual privou mais de perto, nos tempos de trevas que ali viveu. A Postulação da Causa da Canonização vai organizar e oportunamente informar sobre um evento que ajude a divulgar tão importante trabalho.

DUZENTAS E CINQUENTA BIOGRAFIAS PARA A DIOCESE DE TETE



No encontro que recentemente tivemos com D. Diamantino Antunes, o dinâmico bispo missionário que actualmente percorre caminhos outrora palmilhados por D. António Barroso, acordámos oferecer à Diocese de Tete 250 exemplares da Súmula Biográfica de D. António Barroso, da autoria do Dr. José Ferreira Gomes, para distribuir entre o povo daquela Diocese. Já seguiram, com o apoio dos Missionários da Consolata a quem agradecemos.



Boletim do Venerável D. António Barroso

D. António Barroso e a devoção mariana

Para celebrar os 120 anos da Bênção da primeira pedra do monumento à Imaculada Conceição erguido no Monte da Virgem, Porto, o Santuário do Monte da Virgem com o apoio da Universidade Católica do Porto tem vindo a organizar um ciclo de conferências sobre o evento. Foi D. António Barroso que lançou a primeira pedra daquele monumento, a 25 de Junho de 1905. Nesta data, presidiu à primeira peregrinação ao Monte da Virgem em que terão estado presentes cerca de 100.000 pessoas e, meses depois, em 10 de Outubro, aprovou a Comissão Executiva do Monumento a que ficou sempre ligado: «*Muitas vezes subia a pé, recitando o terço, em companhia de algum sacerdote do Paço*». No dia 6 do próximo mês de Dezembro, a conferência estará a cargo do Vice-postulador da Causa da Canonização de D. António Barroso, Amadeu Gomes de Araújo e versará sobre “D. António Barroso e a devoção mariana”.



120 Anos da bênção da primeira pedra do monumento da Imaculada Conceição do Monte da Virgem

CONFERÊNCIAS

28 de Junho de 2025
A devoção à Imaculada Conceição em Portugal na Época Moderna: um olhar através dos textos
Paula Almeida Mendes
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP)

6 de dezembro de 2025
D. António Barroso e a devoção mariana
Amadeu Gomes de Araújo
(Vice-postulador da Causa da Canonização de D. António Barroso)

O melhor sepulcro dos mortos é o coração agradecido dos vivos



Como a Liturgia recentemente nos recordava, aqueles que amamos nunca morrem, apenas partem antes de nós.

É com pesar que registamos a partida do amigo e colaborador da Causa da Canonização de D. António Barroso, Francisco António de Brito Limpio Trigueiros. Nascido a 17/10/1934, em Góio - Barcelos, era filho de Júlio de Brito Limpio Trigueiros e de D. Carolina da Silva Maciel, e afilhado do professor Barroso (sobrinho de D. António Barroso). Licenciado em História, foi professor, militar, industrial têxtil, abastado proprietário rural no Minho e no Alentejo e grande produtor de vinhos. Como escreveu uma sua neta aquando da sua morte: “viveu muitas vidas dentro de uma só”.

Casado com D. Manuela Adelina da Cunha Coelho Machado Limpio Trigueiros, era tio do Pe. António Júlio Trigueiros sj e sogro de Maria Isabel Lobrinhas Trigueiros, também eles generosos colaboradores da Causa de D. António Barroso. A todos os familiares e a estes em particular, o Boletim apresenta sentidas condolências.

TRIBUNA DO LEITOR

Foi com muito agrado que recebemos e, desde já, agradecemos, dois interessantes textos do Sr. Arq. Duarte Pinto, focando diferentes aspectos da vasta acção de D. António Barroso na Diocese do Porto. Textos que vamos apresentar nos próximos números deste boletim. Aproveitaremos também para referir uma graça que a nossa leitora D.^a Maria do Sameiro Loureiro de Miranda considera ter recebido por intercessão do Venerável D. António Barroso.

CONTAS EM DIA

A última relação de contas (até 30 de Junho de 2025), está disponível no Boletim n.º 45, III Série. De 1 de Julho de 2025 até 30 de Outubro de 2025, realizaram-se as seguintes **despesas**: Escola Tipográfica das Missões (Boletim n.º 45): 632,39€; Consumíveis e correio: 75,00€. **TOTAL: 707,39€**.

No mesmo período, recebemos os seguintes **donativos** para apoio à Causa da Canonização e despesas do Boletim: Assinantes da Freguesia de Remelhe, com a colaboração de D.^a Laurinda Fonseca do Vale; Sr. Augusto Faria dos Penedos; D.^a Ana Maria da Silva Coutinho; Sr. Augusto da Costa Martins; D.^a Margarida Barroso Simões; Sr. Mário da Costa Lopes; D.^a Maria Magalhães Faria Senra; D.^a Maria do Carmo Araújo : 487,00€; Sr. Manuel Lopes Tereso: 50,00€; D.^a Maria Vera Correa da Silva: 10,00€; Freguesia de Remelhe, Associação Amigos D. António Barroso: 250,00€; D.^a Maria dos Anjos Afonso Carvalho: 20,00€; Sr. António José Barroso: 20,00€; Dra. Nancy M. Gonçalves: 30,00€; Dra. Lúcia Gomes de Araújo Sousa: 50,00€; D.^a Maria Alice Araújo, D.^a Carmo Arantes, D.^a Marinha Gomes, D.^a Lurdes G. Costa e Sr. Abílio Oliveira: 30,00€. **TOTAL: 947,00€**.

**PARA APOIO À CAUSA DA CANONIZAÇÃO OU DESPESAS DO BOLETIM,
USE A CONTA DE D. ANTÓNIO, NA C.G.D.:**

NIB: 003505420001108153073 IBAN: PT50003505420001108153073 BIC: CGDIPTPL

MORADA DO BOLETIM:

RUA DE LUANDA, N.º 480, 3.º ESQ. / 2775-369 CARCAVELOS / CASCAIS